



Reunião do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

13.01.2010

Acta Reunião Extraordinária n.º 01/2010

Ao décimo terceiro dia do mês de Janeiro de dois mil e dez, pelas 09h30, reuniu nas instalações da CIMT, em Tomar, o Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a presença dos elementos constantes da lista anexa, (nove membros). Estiveram igualmente presentes a Secretária Executiva, Ana Paula Remédios e as Técnicas Rita Trindade e Cristina Diogo com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação das Actas de Reuniões Anteriores (13/11/2009; 03/12/2009 17/12/2009)

2. Informações Diversas

3. MTD I

3.1. Apresentação de Propostas

- Sites
- CRM

3.2. Análise e Definição de Estratégias de Actuação

3.3. Assessoria Técnica

- Objecto de Concurso Projectos Intermunicipais

3.4. MTD II – Projectos e Adesão Municipal

3.5. Análise da Proposta de Reformulação Global

3.5.1. Projectos a reformular

3.5.2. Projectos a anular/cancelar

3.6. Outros Projectos

3.6.1. Educação de Excelência – Aquisição de Quadros Interactivos - Análise

3.6.2. Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação – Ponto de Situação

4. Recursos Humanos

- 4.1.** Informação n.º 26/MIT/2009 – Elizabeth Torres – requerimento para alteração de posicionamento remuneratório
- 4.2.** Coordenação do QREN

5. Informações

- 5.1.** Informação n. 33/SIG/2009 – Utilização do Equipamento – Alteração do Plano Inerente às Comunicações de Dados; Informação n.º 01/SIG/2010 – Utilização do Equipamento GPS - Alteração do Plano Inerente às Comunicações de Dados – Aditamento à informação n. 33/SIG/2009
- 5.2.** Informação n. 16/2009/EP – Manutenção das Instalações Semafóricas – Autorização para questionar os Municípios que integram a CIMT relativamente ao interesse em avançar para um contrato conjunto de manutenção das instalações semafóricas
- 5.3.** Informação n.17/2009/EP – Procedimento CL/01/2009 – Estudo para implementação do transporte a pedido no Médio Tejo: Proposta de Critério para repartição de encargos e proposta de relatório final da fase de qualificação
- 5.4.** Informação n. 01/ASA/2010 – Fundo Maneio – Reconstituição

6. Ratificações

- 6.1.** Informação n. 36/SIG/2009 – Execução de Ortofotos e Cartografia Numérica Vectorial à Escala 1:2000 – Proposta de Pagamento – MNTC – Município do Entroncamento
- 6.2.** Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas
- 6.3.** Informação n. 27/MIT/2009 – Protocolo de Cooperação entre a CIMT e o Município de Ourém (cedência de trabalhadores)

1. Aprovação das Actas de Reuniões Anteriores (13/11/2009; 03/12/2009 17/12/2009)

Foram presentes ao C.E. cópias das actas de reuniões anteriores respectivamente dos dias 13/11/2009, 03/12/2009 e 17/12/2009, anexas á presente acta e da qual fazem parte integrante.

Depois de lidas, as mesmas foram aprovadas por unanimidade pelo Conselho Executivo.

2. Informações Diversas

O Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues começou por referir que fazendo parte do Conselho Directivo da ANMP, tivera conhecimentos muito frutuossos e sentia-se no dever de fazer a ponte com os colegas.

Começou por referir que na reunião onde tinha estado ontem na ANMP tinha sido sugerido aos autarcas, visto se verificar muito pertinente, elaborarem os seus Planos de Emergência e Protecção Civil. O Senhor Presidente do C.E., comentou que Torres Novas se encontrava a fazer o seu plano, tendo recorrido a uma empresa externa e especializada nesta área. Referiu a necessidade de articulação destas matérias, tendo evidenciado no seu caso em particular, por exemplo as C.M. de Alcanena e Entroncamento, tendo em conta a proximidade entre ambas.

A Presidente da C.M. de Abrantes, por sua vez falou na articulação que tem vindo a fazer com a autarquia de Constância por causa do Rio Tejo. Na altura comentou a necessidade de haver articulação entre os municípios que têm Bombeiros Voluntários e que tinha agendada uma reunião para o dia posterior a esta reunião do C.E. no Governo Civil.

A Presidente da C.M. de Alcanena comentou que a situação dos Bombeiros de Alcanena não estava regularizada, tendo constatado que alguns dos Bombeiros voluntários eram funcionários da Autarquia, situação esta que não poderia continuar.

Tendo em conta esta problemática e a reunião que a Senhora Presidente de Abrantes iria ter no Governo Civil, foi deliberado, por unanimidade pelo C.E. que a Secretária Executiva da CIMT tinha de agendar uma reunião temática na CIMT sobre esta matéria com um responsável da protecção civil e ou político responsável por este pelouro das C.M. do Médio Tejo.

O Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues informou igualmente, situação que esclareceu desconhecer, que o Tribunal de Contas estava a cobrar dinheiro às C.M. por qualquer tipo de trabalho que lhes efectuasse, inclusive as auditorias que fazem às C.M., situação referida como delicada. Referiu o exemplo da C.M. do Funchal que tinha sido alvo de 7 auditorias no ano de 2009, tendo a pagar cerca de 170 mil euros. A ANMP estava a envidar esforços para alterar esta legislação que considerava igualmente escandalosa.

Uma outra informação pertinente tinha a ver com uma decisão da ANMP de, a partir de agora, começar a solicitar a opinião / parecer das Comunidades Intermunicipais, nas mais diversas matérias, pelo facto de ser difícil a articulação com as cerca de 300 C.M.

O Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues, referiu também os trabalhos em curso pela AMAL no que respeita às aquisições em grupo como um exemplo a considerar pelo facto de estarem a implementar uma central de compras que pode originar índices de poupança na ordem dos 40 a 60%. Tendo em conta esta situação, o Conselho Executivo, deliberou por unanimidade, que a Secretária Executiva da CIMT teria de falar para a Comunidade Intermunicipal do Algarve e solicitar o regulamento, para posteriormente apresentar propostas ao C.E. sobre esta questão tão pertinente que são as poupanças e economias de escala que se podem conseguir para as Autarquias.

O Senhor Presidente da C.M. do Entroncamento, voltou a chamar a atenção para a necessidade dos seguros em grupo, situação que referiu como repetente nas reuniões do C.E., pelo facto de considerar relevante tendo-lhe sido esclarecido pela Secretária Executiva, que esta questão fora já analisada nas reuniões que tivera com a AMLEI e que a mesma não era tão linear como se pensava, recomendando que se deveria iniciar o processo das aquisições em grupo por situações mais simples, como por exemplo os consumíveis.

Foi também solicitado pelo Presidente do C.E., António Rodrigues, que a Secretária da CIMT, fizesse a ponte jurídica com os juristas da ANMP, fruto da articulação que é feita com as C.M. e as Comunidades Intermunicipais.

No que respeitava ainda à questão das economias de escala, a Senhora Presidente de Abrantes, focou as economias que as C.M. poderiam ter com a gestão de frotas. A Secretária Executiva lembrou os Senhores Presidentes, que esta situação já tinha sido trazida a outras reuniões do C.E. e que a grande maioria das C.M. não tinham mostrado vantagem em avançar. Foi acordado voltar a fazer um novo levantamento das necessidades dos municípios neste âmbito.

No sector da Geminação/Cooperação, o Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues, focou a importância das C.M. efectuarem geminações com países de língua Portuguesa, sendo que considerava esta matéria muito relevante. Falou numa eventual cooperação a nível do Médio Tejo.

A Senhora Presidente da C.M. de Abrantes deu a conhecer no âmbito da cooperação com outros países, um projecto que existe na sua Autarquia que é denominado de "projecto padrinho" que consiste em apadrinhar uma criança com 30,00€, anuais para efeitos de escolaridade. A C.M. de Abrantes até ao momento já tinha cerca de 150 crianças apadrinhadas.

No âmbito do QREN, o Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues, comentou que o Secretário de Estado Fernando Medina assumia o que se estava a passar com o QREN. Realçou mais uma vez a lamentável taxa de execução que tinha a Região Centro. Foi igualmente supradito que a Secretaria de Estado estava a tentar nos primeiros dias de Fevereiro ultrapassar/solucionar este problema. Aclarou que as Comunidades Intermunicipais não poderiam ser ressarcidas de verbas visto não estarem certificadas, sendo que o processo de certificação demoraria cerca de dois anos. Foi igualmente referido que 90% das C.M. estavam no limite do seu endividamento, tendo feito obra sempre à espera do financiamento do QREN.

O Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues, referiu que estava já agendada uma reunião para o dia 5 de Fevereiro, para efectuar o encontro com o Ministro Vieira da Silva, Nersant, Lezíria e Médio Tejo, para apresentarem os seus constrangimentos sobre o QREN, seguido de reunião à porta aberta já com outras individualidades.

O Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues, solicitou que fosse também enviada a lista de constrangimentos do QREN para o Secretário de Estado Fernando Medina, bem como, para o Secretário-Geral da ANMP, Artur Trindade.

3. MTD I

3.1. Apresentação de Propostas

Sites

CRM

3.2. Análise e Definição de Estratégias de Actuação

3.3. Assessoria Técnica

Objecto de Concurso Projectos Intermunicipais

3.4. MTD II – Projectos e Adesão Municipal

3.5. Análise da Proposta de Reformulação Global

3.5.1. Projectos a reformular

3.5.2. Projectos a anular/cancelar

3.6. Outros Projectos

3.6.1. Educação de Excelência – Aquisição de Quadros Interactivos - Análise

3.6.2. Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação – Ponto de Situação

No que respeita ao ponto 3. os assuntos não foram discutidos em separado ponto por ponto, mas sim na sua globalidade. O Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues informou os colegas das reuniões que tinha tido com duas empresas em Torres Novas, a Unisys e a Microsoft no âmbito do MTD I. Comentou que ambas tinham assumido os erros e igualmente lhe tinha sido referido a falta de equipa por parte da CIMT, bem como a falta de decisão política. Foi focado que a CIMT não deveria deixar “cair” a actual plataforma que tem.

O Senhor Presidente do C.E. comentou que as C.M. que ainda não tinham instalado o CRM deveriam fazê-lo. As C.M. deveriam assumir a instalação do que tinha sido comprado e posteriormente tomar posição no que surgisse posteriormente.

O Senhor Presidente da C.M. do Entroncamento informou que não iria aderir ao CRM.

No que respeitou aos Sites foi deliberado aderir a uma nova plataforma, bem como efectuar o levantamento das funcionalidades críticas para análise do eventual interesse na correcção das mesmas em função do custo a solicitar à empresa Construlink.

O Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues comentou que para haver liderança técnica no Médio Tejo para os investimentos que estão previstos, tanto no MTD I e II se deveria estabelecer uma avença, pelo período de um ano, pela contratação de uma empresa externa que funcionasse como elemento agregador entre o Médio Tejo e as C.M. No fundo o que se pretende é o apoio especializado pelo período de um ano, para ouvir as opiniões das C.M. definir uma estratégia que facultasse as orientações aos políticos para haver a decisão final.

Neste contexto, foi deliberado, por unanimidade, pelo C.E., recorrer à contratação de um serviço de assessoria pelo período de um ano para apoio nos diversos projectos a implementar no Médio Tejo. Foi igualmente deliberado que teria de ser elaborado um caderno de encargos em que, a empresa que ganhasse este serviço de assessoria técnica ficaria impedida de fornecer bens à CIMT.

Para apoio ao caderno de encargos foi igualmente deliberado, pelo C.E. que este iria ser apoiado pela técnica da CIMT, Edite David e dois técnicos das Autarquias do Médio Tejo. Teria de ser enviada uma síntese por e-mail até ao final da presente semana para os e-mails dos Senhores Presidentes, para estes avaliarem esta situação.

No que respeita ao MTD II, foi deliberado enviar para os Senhores Presidentes o quadro igualmente em anexo, para darem uma resposta à CIMT e depois ser feita a devida compilação, no que respeitava ao projectos que pretendiam ou não aderir.

3.5. Análise da Proposta de Reformulação Global

3.5.1. Projectos a reformular

3.5.2. Projectos a anular/cancelar

Este ponto foi dividido em duas vertentes, a da Mobilidade e a da Contratualização.

No que diz respeito à Mobilidade, foram presentes alguns documentos de apoio, anexos à presente acta e do qual fazem parte integrante. Foi presente ao C.E. uma proposta de reformulação do projecto, onde era contemplado o desenvolvimento de estudos de rede regional e municipal de transportes, em função das necessidades mais prementes sentidas pelos Municípios e incluindo a componente de estudo sobre o transporte a pedido para a área de intervenção do Concelho de Mação, tendo esta proposta sido aprovada e tendo sido deliberado por unanimidade, pelo C.E. desistir do Estudo para a implementação do Transporte a Pedido no Médio Tejo, nos termos em que este estudo estava inicialmente previsto.

Mais, foi deliberado por unanimidade, que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

No que respeita à contratualização, foram apresentados dois quadros anexos à presente acta e do qual fazem parte, com duas situações distintas, sendo uma primeira os projectos da CIMT previstos no âmbito da contratualização e um segundo com a proposta de alteração dos projectos da CIMT previstos no âmbito da contratualização.

Face ao que foi apresentado, foi deliberado, por unanimidade pelo C.E., aprovar a referida proposta de alteração dos projectos da CIMT previstos no âmbito da contratualização.

3.6. Outros Projectos

3.6.1. Educação de Excelência – Aquisição de Quadros Interactivos – Análise

Foi presente ao C.E. cópia da Informação n. 01/2010/EP – Candidatura ao Aviso do PO Centro de 17.08.2009, no âmbito do Regulamento Específico Economia Digital e Sociedade do Conhecimento. Educação de Excelência – Plano Tecnológico do Médio Tejo.

O Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues, comentou que se pretendia com a presente informação dar autorização para o início do procedimento de aquisição das três componentes de investimento que compõem esta candidatura: quadros interactivos, redes de área local e segurança de equipamentos – videovigilância.

Foi referido que o prazo da candidatura era de 22 meses.

Na sequência dos esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente do C.E., foi deliberado por unanimidade, dar início ao processo de aquisição dos referidos equipamentos, bem como, realizar um levantamento complementar dos quadros interactivos a adquirir, junto dos municípios do Médio Tejo, visto que os Municípios poderão pretender adquirir uma quantidade superior do que aquela que se considerava prevista na candidatura e, definida nos termos da elegibilidade do aviso de concurso, de modo a se obterem economias de escala.

Mais, foi deliberado por unanimidade pelo C.E., que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

3.6.2. Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação – Ponto de Situação

No que respeita a este ponto, a Secretária Executiva da CIMT, comentou que não tinha obtido resposta por parte da CCDR, pelo que, por esta razão não se poderia avançar com um ponto de situação sobre este assunto.

4. Recursos Humanos

4.1. Informação n.º 26/MIT/2009 – Elizabeth Torres – requerimento para alteração de posicionamento remuneratório

Foi presente ao C.E. cópia da Informação n.º 26/MIT/2009 – Elizabeth Torres – requerimento para alteração de posicionamento remuneratório, anexa à presente acta e da qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues esclareceu que se tratava de uma funcionária da área da contabilidade que até ao momento se encontrava na categoria de estagiária, pelo que, se pretendia que a mesma fosse reclassificada e colocada na sua categoria de técnica superior de 2ª classe.

O Conselho Executivo, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente informação.

Mais, foi deliberado por unanimidade, que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

4.2. Coordenação do QREN

O Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues apresentou um documento de apoio com algumas hipóteses de previsão de alteração de vencimento no âmbito da coordenação do QREN para a técnica da CIMT, Sónia Santos, anexo à presente acta e da qual faz parte integrante.

O Senhor Presidente do C.E., António Rodrigues esclareceu, os restantes membros como já era do conhecimento de todos os Presidentes que a técnica Sónia Santos, estava na coordenação do QREN e, como tal havia necessidade de analisar a possibilidade de aumentar esta funcionária, tendo em conta as responsabilidades adstritas que lhe são confiadas.

Ao serem confrontados com esta situação, os Presidentes em geral não concordaram com a proposta que estava em cima da mesa, visto se verificar ser uma previsão de aumento, bastante elevada, podendo até mesmo criar internamente na CIMT algum alvoroço com os restantes técnicos e colegas.

Face a esta situação, a Senhora Presidente da C.M. de Abrantes, comentou que tinha técnicos com cargos de chefia na sua Autarquia e, que numa situação destas lhes era atribuído um subsídio de chefia.

Face a esta situação, o Conselho Executivo, deliberou por unanimidade, solicitar um parecer jurídico à Associação Nacional de Municípios para verificar com ultrapassar esta questão.

Mais, foi deliberado por unanimidade, que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

5. Informações

5.1. Informação n. 33/SIG/2009 – Utilização do Equipamento – Alteração do Plano Inerente às Comunicações de Dados; Informação n.º 01/SIG/2010 – Utilização do Equipamento GPS - Alteração do Plano Inerente às Comunicações de Dados – Aditamento à informação n. 33/SIG/2009

Foi presente ao C.E. cópia das informações n. 33/SIG/2009 – Utilização do Equipamento – Alteração do Plano Inerente às Comunicações de Dados; Informação n.º 01/SIG/2010 – Utilização do Equipamento GPS - Alteração do Plano Inerente às Comunicações de Dados – Aditamento à informação n. 33/SIG/2009, anexas à presente acta e da qual fazem parte integrante.

A Secretária Executiva esclareceu os Senhores Presidentes que se estava a propor a revisão do plano inerente ao serviço prestado pela empresa TMN no que respeitava às Comunicações de dados, de acessos mega partilháveis, associados aos equipamentos GPS, de acesso mega 1000 para acesso mega 50. Foi feita uma análise, sendo que se tinha verificado que o plano agora apresentado era o mais baixo e representava um decréscimo no valor mensal na ordem dos 70%.

Face a estes considerandos, o Conselho Executivo, deliberou por unanimidade, aprovar a referida informação.

Mais, foi deliberado por unanimidade, que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

5.2. Informação n. 16/2009/EP – Manutenção das Instalações Semafóricas – Autorização para questionar os Municípios que integram a CIMT relativamente ao interesse em avançar para um contrato conjunto de manutenção das instalações semafóricas.

Foi presente ao C.E. cópia da Informação n. 16/2009/EP – Manutenção das Instalações Semafóricas – Autorização para questionar os Municípios que integram a CIMT relativamente ao interesse em avançar para um contrato conjunto de manutenção das instalações semafóricas, anexa à presente acta e da qual faz parte integrante.

A Secretária Executiva comentou que tivera conhecimento através do Departamento de Obras da C.M. de Tomar, que este Município estava a equacionar a possibilidade de efectuar um contrato de manutenção para as instalações semafóricas.

Actualmente a manutenção dos semáforos de Tomar é meramente correctiva conforme foi referido, realizada por administração directa, com bastantes limitações em termos de capacidade de resposta e elevados custos.

Assim, verificou-se que este problema poderia eventualmente existir em outros Municípios. Tendo em conta esta problemática, foi deliberado, por unanimidade pelo C.E., que se iria questionar os Municípios do Médio Tejo no que respeitava ao modo como actualmente estes estão a realizar a manutenção dos semáforos, bem como, do interesse em se avançar para um contrato conjunto de manutenção das instalações semafóricas.

Mais, foi deliberado por unanimidade, que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

5.3. Informação n.17/2009/EP – Procedimento CL/01/2009 – Estudo para implementação do transporte a pedido no Médio Tejo: Proposta de Critério para repartição de encargos e proposta de relatório final da fase de qualificação

Foi presente ao C.E. cópia da Informação n.17/2009/EP – Procedimento CL/01/2009 – Estudo para implementação do transporte a pedido no Médio Tejo: Proposta de Critério para repartição de encargos e proposta de relatório final da fase de qualificação, anexa à presente acta e da qual faz parte integrante.

Face à análise efectuada no ponto 3.5 de desistência do estudo lançado e da necessidade de reformulação dos objectivos, foi acordado não dar sequência ao procedimento concursal em causa.

Mais, foi deliberado por unanimidade, que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

5.4. Informação n. 01/ASA/2010 – Fundo Maneio – Reconstituição

Foi presente ao C.E. cópia da Informação n. 01/ASA/2010 – Fundo Maneio – Reconstituição, anexa à presente acta e da qual faz parte integrante.

A Secretária Executiva da CIMT, comentou a necessidade de se continuarem a efectuar despesas pontuais no âmbito da aquisição de bens e serviços, pelo que vinha propor a reconstituição do fundo de maneio igual ao do ano de 2009.

A presente proposta, foi aprovada por unanimidade pelo C.E.

Mais, foi deliberado por unanimidade, que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

6. Ratificações

6.1. Informação n. 36/SIG/2009 – Execução de Ortofotos e Cartografia Numérica Vectorial à Escala 1:2000 – Proposta de Pagamento – MNTC – Município do Entroncamento

Foi presente ao C.E. cópia da Informação n. 36/SIG/2009 – Execução de Ortofotos e Cartografia Numérica Vectorial à Escala 1:2000 – Proposta de Pagamento – MNTC – Município do Entroncamento, anexa á presente acta e da qual faz parte integrante.

A mesma foi ratificada por unanimidade pelo C.E.

6.2. Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas

Foi presente ao C.E. cópia do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, anexo à presente acta e do qual faz parte integrante.

O mesmo foi ratificado por unanimidade pelo C.E.

6.3. Informação n. 27/MIT/2009 – Protocolo de Cooperação entre a CIMT e o Município de Ourém (cedência de trabalhadores)

6.4. Foi presente ao C.E. cópia da Informação n. 27/MIT/2009 – Protocolo de Cooperação entre a CIMT e o Município de Ourém (cedência de trabalhadores) anexa à presente acta e do qual faz parte integrante.

A mesma foi ratificada por unanimidade pelo C.E.

Tomar, 13 de Janeiro de 2010.